

Veja bem, nós pedimos - a bancada ontem fez a reunião -, e tem uma coisa, tem um erro já cometido neste Governo, que foi o fato de extinguir a Emlpasa, que era a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. A Emlpasa, pelo menos, tem (Inaudível.) nessa questão dos assuntos metropolitanos, e foi extinta. Então, ficam meio que jogadas as regiões.

Hoje, nós temos seis regiões metropolitanas criadas. Olha, tem duas que têm a agência que tem que ter na região metropolitana. Tem a Região Metropolitana da Baixada Santista, que tem agência, né? A Região Metropolitana de Campinas tem agência; mas, na Região Metropolitana de São Paulo, ainda não foi criada a agência. Sorocaba tem agência, a do Vale do Paraíba e Litoral Norte tem agência, mas a de Ribeirão Preto não tem agência também.

Então, isso já é algo que a gente tem que pensar. É criar mais região metropolitana, ou nós vamos botar para valer? Porque é verdade que essa Região de São José do Rio Preto não ouviu as entidades, a sociedade civil; porém, já por críticas, nessa de Piracicaba esse caminho foi feito. Não foi aquela audiência pública, mas teve.

Então, eu acredito, Sr. Presidente, que a criação dessas regiões metropolitanas merece um olhar mais (Inaudível.), e tratar do fundo mesmo, porque criar as regiões e não ter fundo para, enfim, fomentar essas agências e, enfim... Primeiro, tem que ter uma autarquia. Depois, tem que ter o Plano de Desenvolvimento Regional; não tem.

Não há autonomia das agências para as discussões dos problemas e das necessidades das regiões metropolitanas. Os orçamentos anuais das agências são irrisórios e, basicamente, são destinados ao funcionamento das agências.

Então, para que criar uma região assim? Então, vamos criar direito. Esse é o pedido que a bancada faz. Por princípio, eu não voto contra a região metropolitana. Não voto contra, mas acho que tem que dar uma aprimorada, incorporar municípios que tem.

Eu vou pedir desculpas para o meu companheiro Roberto Morais, mas eu fiz - por conta já do dia de hoje, em que ia ser debatida a criação dessas regiões metropolitanas - uma audiência pública.

Estiveram na minha audiência pública prefeitos tanto de São José do Rio Preto, a região de lá, quanto prefeitos da Região de Piracicaba. O que eles colocaram: um quer pôr, o Maurício incorporou; o outro não quer pôr e, aliás, quer sair, porque entende que tem que estar em outro aglomerado.

Isso porque, veja bem, Laranjal Paulista, que é Piracicaba, é perto de Botucatu e não de Piracicaba. Então, essa falta de entendimento nós vamos ter que resolver.

Então, indo para o finalmente, Sr. Presidente, eu espero que, sobre o PLC 26, V. Exa., enfim, me responda com relação ao prazo e ao tempo em que ele vai entrar em pauta, porque isso, para nós, é de suma importância que o funcionalismo público já...

Olha gente, desde que entrei para esta Casa, nós perdemos os precatórios. A reforma da Previdência conseguiu ser pior do que a Nacional, pois confiscou os salários dos aposentados. Depois, mesmo assim, agora veio o 529 - também a mesma coisa - e, agora, esse PLC 26. Então, eu fico sem entender, né? Eu falei: "Poxa vida, mas já não foi feito o suficiente que tinha que ser feito? Agora não era o caso de pensar numa política de crescimento do Estado também, de valorização?".

Porque, veja bem, é verdade que ali no PLC 26 está falando de valorização na forma de bonificação. Contudo, eu acredito que a gente tem que fazer um debate mais apurado, né? As carreiras de Estado têm que continuar. Se tem a questão lá...

Olha, veja bem, uma coisa que eu achei pernicioso nesse PLC foi o fato de que, se o professor tiver uma licença negada, deputada Janaina, de 15 dias - você entra com o pedido de licença, aí você ficou 15 dias, porque você ficou doente, e ela vem negada: você perde o cargo. Você já entra, aliás, em processo administrativo. Mas tem pontos ali que dá, entendeu?

Então, essas são questões. Agora, eu não quero discutir pontualmente, eu quero ver o seguinte: como é que nós vamos discutir isso de uma forma, porque os servidores não aguentam mais. É muita coisa, e ainda perde 10% do salário sob os efeitos para fazer as mesmas coisas...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada Professora Bebel, para concluir, por favor.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Então, para concluir, Sr. Presidente, é isso. Eu lanço, de novo, a pergunta: quando, qual vai ser o tempo que o senhor vai pôr para pautar na Casa esse PLC 26?

Um bom dia e muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Bom dia, Professora Bebel. Tem uma comunicação, deputado Campos. Um momentinho só, deputado Campos; eu só vou responder à Professora Bebel, se o senhor me permitir.

Professora, eu quero crer que neste mês de agosto a gente leve para fazer as discussões. Então, só no mês de setembro é que nós iremos pautar - espero que dê tempo de pautar - em Plenário, mas este mês é o mês de fazer os ajustes e melhorar o projeto, que é o papel nosso do Parlamento.

Mas só para dizer que o substitutivo que estamos dizendo que nós vamos votar hoje é a inclusão de dois municípios, Olímpia e Severinópolis, a pedido dos prefeitos. Incluíu também a sociedade civil no conselho de desenvolvimento da região. Cria o comitê executivo para a região metropolitana.

As estruturas do comitê e do conselho serão através de leis específicas, que virão para este Parlamento. Então, é isso que nós estamos votando: o projeto com a inclusão de dois municípios, a pedido dos municípios, tá bom?

Por favor, deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - PARA COMUNICAÇÃO - Bom dia, Sr. Presidente. Duas questões. Primeiro, eu quero cumprimentá-lo pela inclusão do município de Olímpia nessa Região de Rio Preto, que eu acho que é uma medida acertada.

Segundo, eu tenho muito receio, mas muito receio mesmo, do Projeto nº 26, porque eu acho que é uma repetição do 529. É um projeto delicadíssimo, não sei se nós teremos tempo para votá-lo em setembro.

A votação do 529, da maneira como foi feita, causou impactos impressionantes - até a pasta de dente aumentou de preço, tudo aumentou. Eu acho que o 26 não pode ser feito, de maneira alguma, no sistema virtual; é preciso fazer no sistema presencial. Quanto à inclusão de Olímpia, eu acho muito correto, presidente. Eu sou favorável. Eu não tenho porquê deixar Olímpia fora da região de Rio Preto.

Agora, quanto ao 26, eu faço um apelo a V. Exa.: cautela, Sr. Presidente, porque é o nome do senhor que vai para a história. O senhor vem fazendo uma grande administração.

É o seu nome que vai para a história, como foi o nome do deputado Cauê Macris, meu amigo, meu irmão, mas que, infelizmente, vai carregar a pecha de ter sido ele o presidente que presidiu esse famigerado 529.

O que enseo, Sr. Presidente, em nome de nossa amizade e do carinho que eu lhe tenho, é muito cuidado, muita atenção, Sr. Presidente, porque é um projeto de uma delicadeza a toda prova. Quanto à região de Rio Preto, colocando Olímpia, eu sou favorável.

Eu queria fazer um apelo: para que é que nós vamos discutir urgência? Vamos votar. Não tem que ficar discutindo essa urgência dos deputados, Sr. Presidente. Não tem por quê.

Ganhamos tempo, aceleramos trabalhos, entende? Nós temos que fazer um acordo para ninguém discutir as urgências. Vamos votar as urgências de maneira rápida, sem qualquer discussão, Sr. Presidente.

O que importa dizer: incluindo Olímpia, não tem nada mais a acrescentar em relação ao projeto da região metropolitana de São José do Rio Preto. Nós temos que ser ágeis, o tempo voa, o tempo tem asas.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigada, deputado Campos. A deputada Janaina está com dúvida. Deputada Janaina, o que está no projeto eu vou pedir para o Rodrigo colocar...

As estruturas do comitê e dos conselhos serão através de lei específica, então será enviada para a Assembleia uma lei específica sobre conselhos e estruturas dos comitês regionais. Então, eu acho que é bem tranquilo isso.

Nós temos inscritos a deputada Janaina, o deputado Jorge do Carmo, o deputado Carlos Giannazi, o deputado Roberto Morais e o deputado Maurici. Neste momento, nós temos quórum para votar o projeto e as urgências.

Se houver consenso dos deputados, nós podemos, se vocês quiserem, deixar esses deputados para falar após a aprovação dos projetos e das urgências, para a gente aproveitar o quórum, que, infelizmente, está difícil de a gente conseguir. Então, se houver, tem que ter anuência de todos, senão...

A deputada Janaina já disse que, se todos aceitarem, ela retira, então ainda nós temos essa colocação. A gente faz um combinado que, assim que terminar a votação do projeto e das urgências, aproveitando o quórum, todo mundo, esses inscritos, que são a deputada Janaina, o deputado Jorge do Carmo, o deputado Carlos Giannazi, o deputado Roberto Morais e o deputado Maurici, falem depois do projeto, só para a gente poder aproveitar, porque depois, mesmo que caia o quórum, nós podemos falar isso.

Se pudesse, eu gostaria de ouvir o deputado Jorge, o deputado Carlos Giannazi, o deputado Roberto Morais e o deputado Maurici, preservando o tempo de cada um de quinze minutos, para que possam falar.

Não tem acordo, não, porque agora mais o Paulo Fiorilo se inscreveu. Nós estamos pedindo para deixar para depois, mas não está tendo acordo. Então, com a palavra para discutir, a deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Externando aqui, respeitosamente, o meu inconformismo com a falta de boa-vontade para que nós pudéssemos votar um projeto como esse, da região metropolitana, que, independentemente de o Executivo eventualmente ter enviado com algum interesse eleitoral ou eleitoreiro, é uma pauta positiva para os municípios envolvidos.

Eu visitei várias cidades que são contempladas nessa nova região e sei que prefeitos dos mais diversos partidos e vereadores dos mais diversos partidos são favoráveis à criação dessa região metropolitana.

Por toda a experiência que tenho e venho adquirindo neste mandato, percebo que a união dos municípios em regiões é o que vai torná-los mais fortes pelo compartilhar de recursos naturais, econômicos e humanos.

Então, desde logo antecipo aqui o meu voto favorável ao projeto. Manifestei-me no grupo da nossa bancada, sempre respeitando as divergências, que são inerentes ao PSL, dizendo que vou votar favoravelmente. Se quiserem uma orientação, a orientação é pelo voto "sim", mas cada deputado, na nossa bancada, tem o direito de votar como bem entender.

Eu queria, Sr. Presidente, fazer aqui um registro de solidariedade aos funcionários públicos do município de São Paulo, que estão ameaçados de procedimentos disciplinares por falta grave se não quiserem se vacinar.

Entendo que é uma medida inconstitucional e incoerente com a liberdade individual, com os princípios da bioética. E tomo a liberdade, Sr. Presidente, de fazer agora, publicamente, uma crítica construtiva à nossa Casa.

Tomei a liberdade de falar com V. Exa. na sexta-feira. Dr. Júlio, que é o administrador, entrou em contato comigo de maneira muito gentil, também conversei com ele sobre a preocupação que o novo Ato trouxe à minha pessoa, porque o novo Ato baixado pela Mesa fala em apresentação de comprovação da segunda dose da vacina na espera de 15 dias para os retornos aos trabalhos.

Eu interpretei que nós poderíamos até inviabilizar funcionários que estão atuantes desde o início da pandemia, por não estarem em grupo de risco, seguem trabalhando. Quando eu conversei com V. Exa., V. Exa. disse que não havia esse risco, o Dr. Júlio idem, mas ontem, Sr. Presidente, funcionários dos gabinetes, funcionários das lideranças receberam um e-mail determinando o envio da comprovação da segunda via.

Quando nós entramos em contato com o setor médico, não fica muito claro se os funcionários que não enviarem esse documento serão impedidos de entrarem na Casa. Já falei com os meus funcionários.

Alguns já se vacinaram, a minoria não se vacinou, um ou outro não desejaria vacinar, algo que eu desejaria como deputada, como líder, respeitar. Mas já deixei claro para os meus funcionários que está fora da minha esfera poder dizer que eles não precisarão apresentar essa documentação.

Então, eu externo aqui, além da minha solidariedade aos funcionários da prefeitura de São Paulo, a minha solidariedade aos funcionários da Assembleia, que, pelo jeito, vão ter que ser obrigados a se vacinar e a comprovar a vacinação para seguirem trabalhando.

E eu penso que já estamos no momento - aliás, já passamos da hora - de abrir a Casa e determinar que todos retornem ao trabalho, porque os funcionários de mercados estão trabalhando desde o princípio, os funcionários das atividades consideradas essenciais não pararam, e eu penso que é um dever da Assembleia dar esse exemplo.

Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar o tempo...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada, a senhora me dá um tempinho, deputada? Um momento. Eu gostaria que a senhora me remetesse esse informativo, porque eu desconheço.

Eu gostaria de vê-lo, por favor, tá bom? Eu já, de imediato, nesta posição, não concordo com isso, mas eu gostaria de dar uma olhada, por favor, deputada. Desculpa por interrompê-la.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Eu vou passar para Vossa Excelência. É um e-mail, Sr. Presidente, que os funcionários receberam. Eu vou passar para Vossa Excelência.

Dito isso, presidente, eu gostaria de usar alguns minutos para tratar do PLC 26. Eu realmente estou muito preocupada com o PLC, porque ele vem sendo anunciado pela imprensa como uma reforma administrativa, como uma reforma de engajamento, como uma reforma que vem para acabar, vamos dizer assim, com benesses que findam por prejudicar a população.

A leitura desse PLC, Sr. Presidente, muito embora haja, sim, pontos positivos, não me leva a essas conclusões. Eu vou destacar alguns pontos que me preocuparam muito. Por exemplo, institui-se a bonificação por recultado de uma maneira bem mais ampla do que a que existe hoje.

Entretanto, Sr. Presidente, demais colegas, não há critérios claros para definir essa tal bonificação. As pessoas vão ser remuneradas de maneira diferenciada, vão ser gratificadas sem critérios claros e objetivos.

Tem uma parte grande do projeto que fala da contratação de temporários. Para essa contratação, também, eu entendo que houve um afrouxamento injustificável dos critérios vigentes.

Hoje já é possível contratar temporários, mas existem critérios mais fechados. O PLC 26 acaba com esses critérios e ainda tem uma previsão expressa que, se tiver acontecido concurso com pessoas já aprovadas, podem ser contratados temporários.

Eu entendo, com todo o respeito, que isso inclusive fere a moralidade pública, porque se já tem um concurso feito, com os gastos inerentes à realização de um concurso com pessoas aprovadas, o certo é que essas pessoas sejam convocadas e não que se abra a possibilidade para contratação de temporários - sem nenhum mérito aos temporários.

Tem um ponto muito grave no PLC 26, Sr. Presidente, porque todos vão recordar. No ano passado nós debatemos a extensão dos cargos de mais ou menos 300 funcionários do

Detran. Houve uma contratação precária no Detran, aí várias vezes essa contratação foi renovada.

Ano passado nós votamos o PLC 12/20, estou aqui com o quadro de votação. Eu votei contra, o PSL praticamente em peso votou contra. Nós somos contrários a estender essa contratação precária do Detran até dezembro, agora, de 2021.

Mas, eu lembro como se fosse agora, presidente, vários deputados da base disseram "é a última vez que a gente vai renovar essa contratação". Pois bem, eis que vem o PLC 26 renovando essa contratação a título precário no Detran até 2023.

Eu não posso ficar calada, porque houve uma promessa ano passado, e a situação se revela ainda pior, porque eu tenho recebido e-mails, muito antes de esse PLC chegar, de pessoas que prestaram concurso para trabalhar no Detran, já estão aprovadas e não são chamadas.

São 400 pessoas aprovadas esperando para serem chamadas. Elas não são convocadas, e aí vem um PLC para estender uma contratação a título precário até 2023. Se o trabalho do Detran estivesse um primor, eu até teria que aceitar, "bom, tudo bem, foi aprovado o trabalho".

O trabalho não está um primor, eu recebo reclamação todo santo dia do trabalho do Detran. Então, não é possível que esta Casa, negando o que prometeu no ano passado, vá aprovar um PLC para prejudicar 400 concursados e para renovar contratação precária de mais de 300 pessoas que já vem sendo... Nessa renovação já vem acontecendo com a promessa de não mais ocorrer.

Então, eu entendo que explicações muito detalhadas a esse respeito precisam ser dadas. Eu peço, presidente, ao líder do Governo que reflita se não é o caso de dividir esse projeto em pelo menos três.

Um projeto para tratar dessa questão de tirar benesses, tirar excessos, tirar leniência com faltas, porque isso realmente prejudica muito a máquina pública; o outro para debater contratação; e um terceiro para debater bonificação com critérios mais claros.

Chamo a atenção, inclusive, para o fato de estarem mudando a lei que trata dos atuais agentes fiscais de renda, que este PLC passa a chamar de auditor fiscal, com todas as consequências de equiparação com a carreira federal.

Vai ser um mar de ação judicial se a gente aprovar isso aqui. Então, eu chamo atenção, porque nós passamos mais de ano - eu e vários colegas do PSL, o pessoal do Novo, o deputado Arthur - segurando o PL que trata dos fiscais e de repente, no meio desse PLC, veio toda aquela reforma que nós conseguimos parar naquela oportunidade.

Então, destaco esses pontos muito respeitosamente, rogando ao líder do Governo que avalie dividir esse projeto, porque tem pontos com os quais eu concordo, mas não tenho como votar favoravelmente diante dos muitos pontos que me parecem trazer mais insegurança, muitos gastos.

Sobre a bandeira da reforma administrativa, na verdade, vão aumentar os gastos, então eu não tenho como votar sim em um projeto que trata de tantos temas incompatíveis entre si. Agradeço, e é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigada, deputada Janaina. Para falar, o deputado Jorge... Tem uma questão de ordem da deputada Professora Bebel, e depois o deputado Jorge do Carmo.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Obrigada, Sr. Presidente. Eu pergunto o seguinte: o regimento não permite... Eu estou perguntando: o regimento permite que, por exemplo, agora nós estamos debatendo um projeto, que a gente faça a inversão, vote a urgência do projeto do deputado e depois a volta para a discussão desse PLC 15, da criação da região metropolitana? Porque senão eu temo que lá no final nós não tenhamos quórum para votar só a urgência do projeto do deputado, que é muito rápido.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada Professora Bebel, é exatamente por isso que eu estou pedindo para que os deputados retirem a inscrição. O projeto de lei é sempre na frente, os requerimentos de urgência não passam.

Nós não podemos inverter sobre um projeto de lei. Então, infelizmente não é possível atender esse pedido seu, esse pedido não, esse questionamento.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tá, mas só respondendo uma coisa: nós teríamos que votar o projeto, esse que está em discussão?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Exatamente. Pode ser, deputada? Agora, uma questão de ordem do deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Sou eu, presidente? O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sim, senhor, deputado.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Presidente?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Oi, pois não? Estou ouvindo, deputado Campos.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Na linha da deputada Bebel, eu acho sem nenhum sentido nós deixarmos de botar os requerimentos de urgência dos deputados.

Meu Deus do céu, o que é que custa os Srs. Deputados discutirem após a votação dos requerimentos de urgência? Qual o prejuízo para a nação? Qual é o grande prejuízo? Nenhum.

Tem razão a deputada Bebel. Vossa Excelência, nós estamos atrasando os projetos dos deputados. Não votando as urgências, o que vai acontecer? A lua vai ficar quadrada se os deputados não falarem agora, Sr. Presidente?

Eu faço um apelo, votemos os requerimentos de urgência agora e depois discutimos, mais tarde, posteriormente o projeto, ou falamos depois, o que não pode é postergar uma vez mais a votação desses requerimentos de urgência. Nós estamos sendo injustos com quem não teve o projeto aprovado, Sr. Presidente.

Santa Mãe de Deus, o que é que está acontecendo? Ou eu estou ficando maluco ou alguma coisa aconteceu, porque eu não estou acreditando no que eu estou vendo. Essas urgências são pacíficas, votamos pacificamente e depois com calma cada deputado manifesta a sua posição, sua presidência, em outras questões.

Peço, portanto que haja um consenso e votemos de uma vez por todas as urgências dos projetos dos deputados.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Exatamente isso, deputado Campos. Nós temos sete deputados inscritos, que vão 105 minutos, nós já temos 60. Então, quer dizer que nós vamos ficar aqui uma hora e 40 minutos discutindo, e o quórum está diminuindo. Agora nós temos 48 deputados, nós já tivemos 51 deputados logados, agora nós já estamos com quarenta e oito.

Deputado Dirceu Dalben retira a questão de ordem. Deputado Tenente Nascimento.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Presidente, bom dia. Bom dia a todos, bom dia a todos os colegas. A minha questão de ordem: se temos quórum, vamos votar, presidente.

Peço aos colegas, vamos votar. Os deputados aí... Eu já tenho projeto aprovado sim, mas tem colegas que não têm projeto aprovado. Se nós temos quórum, é uma luta que está sendo para termos o quórum, temos o quórum. Gente, às vezes recuar um pouquinho ajuda a nós prosseguirmos.

Então, eu faço um apelo aos colegas que venhamos, realmente, a votar. Vamos votar, certo? Não foi acordo? Teve acordo no Colégio de Líderes, presidente, agora vamos votar.

Por que segurar quando os nossos colegas precisam apresentar? O tempo está passando. Então, vamos votar. Meu apelo aqui aos colegas que retirem as inscrições e venhamos, vamos para a votação.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDNETE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigada, Tenente Nascimento. É exatamente isso, deputado Jorge. Se houver anuência do deputado Jorge, Carlos Giannazi, deputado Roberto Morais, deputado Maurici e Paulo Fiorilo, deputado

Edmir Chedid, exatamente essa ordem fica para assim que a gente aprovar os projetos.

O deputado Jorge do Carmo retirou. Com a palavra o deputado Carlos Giannazi. Carlos Giannazi retirou. Obrigada, deputado Jorge do Carmo; obrigado, deputado Carlos Giannazi.

Deputado Roberto Morais, o senhor pode retirar e falar depois, deputado? Deputado Roberto também retira. Deputado Maurici. Está no telefone, também vamos retirar. Depois, deputado Paulo Fiorilo. O deputado Edmir Chedid é o último a retirar, se for (Inaudível.) nós já vamos para a votação. Deputado Edmir. Oi? Ausente.

Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o substitutivo do relator especial pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. As Sras. e os Srs. Líderes que têm interesse em encaminhar a votação queriam se manifestar pelo chat.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado o substitutivo e prejudicados os projetos e as emendas de 1 a 16. Neste momento está aberto o prazo para solicitação de verificação de votação a ser feita no chat pelos líderes. Aprovado.

Eu vou pedir o levantamento da presente sessão, porque falta um deputado para logar. Nós tínhamos 59, menos oito, tínhamos 49 e agora nós temos 55 máquinas, o que dá 47. Então falta um deputado para logar. Então, eu vou... Havendo acordo de líderes, eu vou suspender por cinco minutos esta sessão, até as 11 horas. Já deu quórum, não é mais necessário.

Requerimento de urgência ao PL nº 356, de 2015. Em votação o requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 356, de 2015, de autoria do deputado Marcos Damasio. As Sras. e os Srs. Líderes que têm interesse em encaminhar a votação queriam se manifestar no chat.

Em votação. As Sras. Deputadas e Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento de urgência. Neste momento está aberto o prazo para solicitação de verificação de votação a ser feita no chat pelos líderes. Aprovado.

Requerimento de urgência do PL nº 1260, de 2019. Em votação requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.260, de 2019, de autoria do nobre deputado Conte Lopes. As Sras. Líderes e os Srs. Líderes que têm interesse em encaminhar a votação queriam se manifestar no chat.

Requerimento de urgência do PL nº 624, de 2020. Em votação o requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 624, de 2020, de autoria do nobre deputado Thiago Auricchio. As Sras. e os Srs. Líderes que têm interesse em encaminhar a votação queriam se manifestar no chat.

Requerimento de urgência do PL nº 707, de 2020. Em votação o requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 707, 2020, de autoria do nobre deputado Major Mecca. As Sras. e os Srs. Líderes que têm interesse em encaminhar a votação queriam se manifestar no chat.

Requerimento de urgência do PL nº 624, de 2020. Em votação o requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 624, de 2020, de autoria do nobre deputado Thiago Auricchio. As Sras. e os Srs. Líderes que têm interesse em encaminhar a votação queriam se manifestar no chat.

Requerimento de urgência nº 707, de 2020. Em votação o requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 707, 2020, de autoria do nobre deputado Major Mecca. As Sras. e os Srs. Líderes que têm interesse em encaminhar a votação queriam se manifestar no chat.

Requerimento de urgência do PL nº 36, de 2021. Em votação o requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 36, de 2021, de autoria da nobre deputada Marina Helou. As Sras. Líderes e os Srs. Líderes que têm interesse em encaminhar a votação queriam se manifestar no chat.

Requerimento de urgência do PL nº 176, de 2021, de autoria do nobre deputado Murilo Felix. As Sras. e os Srs. Líderes que têm interesse em encaminhar a votação queriam se manifestar no chat.

Requerimento de urgência do PL nº 707, de 2020, de autoria do nobre deputado Major Mecca.

Requerimento de urgência do Projeto de lei nº... Com um voto contrário do deputado Tenente Nascimento. Em votação o requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 176, de 2021, de autoria do nobre deputado Murilo Felix. As Sras. e os Srs. Líderes que têm interesse em encaminhar a votação queriam se manifestar no chat.

Em votação. As Sras. Deputadas e Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento de urgência. Neste momento está aberto o prazo de solicitação de verificação de votação a ser feita no chat pelos líderes. Aprovado.

Agradeço a todos os deputados. Agora vamos fazer a convocação do congresso de comissões, e depois a fala dos deputados na mesma ordem que estavam inscritos lá na sessão. Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Administração Pública e Relações do Trabalho; Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se hoje, às 15 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1.260, de 2019, de autoria do nobre deputado Conte Lopes.

Esta convocação é para o Projeto de lei nº 1260, de 2019, de autoria do nobre deputado Conte Lopes, e também para o Projeto de lei nº 707, de 2020, de autoria do nobre deputado Major Mecca.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Saúde; Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se a partir das 15 horas, em ambiente virtual, com finalidade de apresentar o Projeto de lei nº 176, de 2021, de autoria do nobre deputado Murilo Felix e da deputada Patrícia Bezerra.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se também a partir das 15 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 36, de 2021, das deputadas Marina Helou e Erica Malunguinho.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 45, § 5º do Art. 31, § 1º do item 7, com o Art. 259-B, todos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se a partir das 15 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 624, de 2020, de autoria do nobre deputado Thiago Auricchio.

Então, estão convocadas as comissões para os projetos de deputados.

Na lista de discussão do projeto, para falar, o deputado Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - O senhor vai garantir a minha inscrição?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Lógico. Foi combinado, deputado, com todos os deputados. O senhor, depois o deputado Carlos Giannazi, depois o deputado Roberto